



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 370,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO

Ministérios da Educação e da Assistência e Reinserção Social

Decreto Executivo Conjunto n.º 432/17:

Cria os Cursos Médios de Educador Social e de Educador de Infância.

Ministério do Ensino Superior

Decreto Executivo n.º 433/17:

Homologa as reformas e inovações aos Cursos de graduação em Informática de Gestão, Psicologia, Contabilidade e Finanças e Gestão de Recursos Humanos, da Universidade Lusíada de Angola, que conferem o Grau Académico de Licenciatura, e os planos de estudo dos Cursos reformulados e inovados. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Executivo n.º 434/17:

Cria o Curso de Mestrado em Gestão Universitária, na Faculdade de Gestão e Ciências Económicas da Universidade Técnica de Angola, que confere o Grau Académico de Mestre e aprova o plano de estudo do Curso criado. — Revoga toda legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Executivo n.º 28/17, de 25 de Janeiro.

Decreto Executivo n.º 435/17:

Cria o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental, na Escola Superior Politécnica da Lunda-Sul da Universidade Lueji A'Nkonde, que confere o Grau Académico de Mestre e aprova o plano de estudo do Curso criado.

Decreto Executivo n.º 436/17:

Cria o Curso de Mestrado em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais, no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huila, que confere o Grau Académico de Mestre e aprova o plano de estudo do Curso criado.

Despacho n.º 645/17:

Homologa o Contrato de Prestação de Serviços Profissionais no Sector do Ensino Superior, assinado entre este Ministério e a empresa Antex-S.A., para o Ano Académico 2017.

Despacho n.º 646/17:

Homologa o Contrato de Prestação de Serviços Profissionais no Sector do Ensino Superior, para os Cursos da Área de Saúde, assinado entre este Ministério e a empresa Antex-S.A., para o Ano Académico 2017.

Ministério da Agricultura

Despacho n.º 647/17:

Cria o Sub-comité de Implementação do Projecto de Desenvolvimento de Agricultura Familiar e Comercialização.

Ministério da Geologia e Minas

Despacho n.º 648/17:

Homologa, com as reservas constantes nos artigos 2.º e 3.º do presente acto, o Contrato de Mandato e Comissionamento celebrado entre Agência Reguladora do Mercado do Ouro e a empresa ALCRA — Gestão e Participações, S.A., para agir em nome e por mandato daquela, na comercialização de ouro da produção artesanal.

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA E REINserção SOCIAL

**Decreto Executivo Conjunto n.º 432/17
de 21 de Setembro**

Considerando a criação da Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social pelo Decreto Presidencial n.º 171/14, de 23 de Julho, à qual compete a implementação de acções de formação de base e especializada no domínio da Assistência Social;

Havendo necessidade de se continuar a dinamizar a formação de quadros sociais, com o objectivo de imprimir mais eficiência e eficácia na gestão de equipamentos e prestação de serviços de assistência social voltada aos grupos vulneráveis, bem como garantir a melhor execução das Políticas de Assistência Social;

Sendo o trabalhador social um suporte indispensável e dinamizador do desenvolvimento das populações, fundamentalmente na melhoria da sua qualidade de vida, das condições de inserção social, assim como do exercício pleno dos direitos de cidadania;

Especialidade em Gestão Administrativa das Instituições de Ensino Superior

1.º Ano											
1.º Semestre (16 Semanas)						2.º Semestre (16 Semanas)					
DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	HSem	DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	HSem
Introdução à Gestão Estratégica	2	2		4	64	Psicologia Organizacional	2	3		5	80
Políticas e Tendências da Educação Superior em Angola	2	3	6	11	176	Gestão Estratégica de Recursos Humanos Aplicada às IES	2		6	8	128
A Gestão por Projectos Aplicada aos Processos Universitários	2	3	6	11	176	Gestão Contabilística e Financeira nas IES	2	2	5	9	144
Fundamentos do Direito Administrativo	2	2		4	64	Gestão Logística Universitária	2	2	5	9	144
Metodologia da Investigação Científica Aplicada à Gestão Universitária	2	2	6	10	160	Elaboração de Orçamento de Projectos Universitários	2	2	5	9	144
Subtotal de Horas	10	12	18	40	640	Subtotal de Horas	10	9	21	40	640
Total Anual de Horas 1280											
2.º Ano											
1.º Semestre (16 Semanas)						2.º Semestre (16 Semanas)					
DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	HSem	DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	HSem
Elaboração do Projecto de Dissertação		2	5	7	112	Desenvolvimento da Investigação Orientada	1	2	20	23	368
Desenvolvimento da Investigação Orientada	1	2	6	9	144	Seminários de Investigação		1	3	4	64
Seminários de Investigação		2	2	4	64	Elaboração e Defesa da Dissertação		3	10	13	208
Estágio			20	20	320						
Subtotal de Horas	1	6	33	40	640	Subtotal de Horas	1	6	33	40	640
Total Anual de Horas 1280											
Total de Horas Lectivas 2560											
LEGENDA						TOTAL DE HORAS		TOTAL DE HORAS (%)			
T	Horas Teóricas					352		14			
TP	Horas Teóricas-Práticas					528		21			
P	Horas Práticas					1680		66			
HS	Horas Semanais					2560		100			
HSem	Horas Semestrais					2560		100			

O Ministro, *António Miguel André*.

Decreto Executivo n.º 435/17
de 21 de Setembro

Considerando que a Universidade Lueji A'Nkonde é uma Instituição de Ensino Superior Pública, criada pelo Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio, está vocacionada a ministrar cursos de formação graduada e pós-graduada, nos termos do disposto no artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Tendo em conta que estão reunidos todos os pressupostos legais para que seja formalmente criado o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental, na Escola Superior Politécnica da Lunda-Sul, conforme previsto no Decreto Executivo n.º 29/11, de 3 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro,

e a alínea g) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Criação do curso)

É criado o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental, na Escola Superior Politécnica da Lunda-Sul da Universidade Lueji A'Nkonde, que confere o grau académico de Mestre.

ARTIGO 2.º
(Aprovação do Plano de Estudos)

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental, constante do Anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no ponto anterior é realizado num total de 4000 horas de actividades curriculares, durante um ciclo de formação.

3. O Plano de Estudos ora aprovado é inalterável e de cumprimento obrigatório, durante um ciclo de formação.

ARTIGO 3.º
(Corpo docente)

O Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade e com grau académico de Doutor, de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 4.º
(Perfil de entrada)

1. Os candidatos ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental devem apresentar como perfil de entrada o documento que ateste a conclusão da Licenciatura em Economia, Gestão, Recursos Naturais e Ambiente, Engenharia de Minas, Geologia, Ciências Agrárias ou em áreas equivalentes, com média igual ou superior a 14 valores.

2. Os candidatos que preencham o perfil referido no ponto anterior podem inscrever-se no Curso de Mestrado desde que aprovem no exame de acesso e apresentem um projecto de investigação alinhado com o respectivo plano de estudos, aprovado pelo presente Decreto Executivo.

ARTIGO 5.º
(Concessão do grau de Mestre)

A concessão do grau académico de Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental pressupõe a verificação e conclusão dos seguintes actos:

- a) A frequência e a aprovação nas unidades curriculares que integram as actividades académicas presenciais do Curso de Mestrado;
- b) A realização das actividades de investigação científica inerentes ao Curso de Mestrado;
- c) A elaboração e a apresentação de uma dissertação escrita, que deve ser objecto de defesa e a aprovação perante um júri constituído para o efeito.

ARTIGO 6.º
(Perfil de saída)

Após a conclusão do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental, o estudante adquire um perfil de saída em que reúne as seguintes competências:

- a) Desenvolver estratégias que visem atingir o desenvolvimento sustentável através da operacionalização de suas dimensões;
- b) Dirigir projectos socioeconómicos, nas empresas e sociedade, tendo em conta as dimensões do desenvolvimento sustentável;
- c) Desenvolver estratégias para a formação de profissionais capazes de introduzir as dimensões da sustentabilidade no desenvolvimento, com especial ênfase para a gestão do desenvolvimento local;
- d) Desenhar estratégias de gestão do conhecimento, onde se inclua o conhecimento tradicional e se promova a utilização do conhecimento como

alternativa para o surgimento de actividades económicas alternativas;

- e) Elaborar estratégias de formação de valores encaaminhadas a uma cultura da sustentabilidade nas comunidades, através da educação ambiental, enfatizando na necessidade de criar cultura sobre o uso das tecnologias e fontes alternativas de energia e respeito ao ecossistema.

ARTIGO 7.º
(Campo de actuação)

O Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental deve, dentre outros, desenvolver a sua actividade profissional nos seguintes campos:

- a) Instituições de Ensino Superior;
- b) Centros de Estudo e Investigação Científica;
- c) Empresas de extracção de minérios;
- d) Empresas geradoras de energia;
- e) Empresas de manufacturação de produtos;
- f) Empresas de gestão e recolha de resíduos;
- g) Organizações Não-Governamentais;
- h) Empresas de consultoria nas Áreas de Gestão Ambiental.

ARTIGO 8.º
(Vigência dos cursos)

O Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental ora criado entra em funcionamento no Ano Académico 2017 e a sua ministração tem um período de vigência correspondente a um ciclo de formação, nos termos da legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 9.º
(Número de vagas)

O Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental criado pelo presente Decreto Executivo tem um número máximo de 30 vagas.

ARTIGO 10.º
(Propinas e emolumentos)

As propinas e os emolumentos para a frequência do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental são definidos em conformidade com as regras estabelecidas para o efeito na legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 11.º
(Nova edição do Curso de Mestrado)

A ministração de uma nova edição do ciclo de formação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental, na Escola Superior Politécnica da Lunda-Sul da Universidade Lueji A'Nkonde, fica dependente da avaliação positiva do ciclo de formação ministrado anteriormente, a ser efectuado pelo serviço especializado competente do Departamento Ministerial responsável pela Gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da lei.

ARTIGO 12.º

(Avaliação e acreditação do curso)

O Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental criado pelo presente Decreto Executivo é submetido à avaliação e acreditação periódica do serviço especializado competente do Departamento Ministerial responsável pela Gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da lei.

ARTIGO 13.º

(Regulamento do curso)

1. A organização e o funcionamento do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental obedecem ao disposto no presente Decreto Executivo e no respectivo regulamento de curso.

2. O regulamento de curso referido no ponto anterior carece de homologação do Departamento Ministerial responsável pela Gestão do Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 14.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Ministério do Ensino Superior.

ARTIGO 15.º

(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação em *Diário da República*.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Agosto de 2017.

O Ministro, *António Miguel André*.

ANEXO

Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental

1.º Ano										
1.º Semestre (16 Semanas)						2.º Semestre (16 Semanas)				
DISCIPLINAS/ATIVIDADES	T	TP	P	HS	HSem	DISCIPLINAS/ATIVIDADES	T	TP	P	HS
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	10	4		14	224	Economia e Contabilidade Ambiental	8	2	4	14
Gestão de Problemas Sociais da Ciência e Tecnologia	8	2		10	160	Fontes de Energias Renováveis	6	2	2	10
Métodos de Pesquisa e Investigação Aplicada	4	2		6	96	Direito Ambiental Internacional e Legislação Ambiental	4	2		6
Ecologia e Toxicologia Ambiental	10	2		12	192	Avaliação de Impacto, Riscos e Auditoria Ambiental	6	2	2	10
Conhecimento da Gestão Ambiental	4	2		6	96	Desenvolvimento Energético Sustentável	8	4		12
Estratégias e Gestão de Projectos	8	4	4	16	256	Técnicas de Direcção e Gestão de Comunicação	6	2		8
Educação e Ética Ambiental	6	2		8	128	Universidade e Desenvolvimento Sustentável	6	2		8
Estatística	6	2		8	128	Desenvolvimento Local e Actividades Económicas Alternativas	10	4		14
Cultura, Axiologia e Identidade	4	2		6	96	Apresentação do Tema do Projecto de Investigação		2		2
Subtotal de Horas	60	22	4	86	1376	Subtotal de Horas	54	22	8	84
Total Anual de Horas 2720										
2.º Ano										
3.º Semestre (16 Semanas)						4.º Semestre (16 Semanas)				
DISCIPLINAS/ATIVIDADES	T	TP	P	HS	HSem	DISCIPLINAS/ATIVIDADES	T	TP	P	HS
Elaboração do Projecto de Dissertação		2	5	7	112	Desenvolvimento da Investigação Orientada	1	2	20	23
Desenvolvimento da Investigação Orientada	1	2	6	9	144	Divulgação dos Resultados (Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos, Publicação de Artigos Científicos)		1	3	4
Seminários de Investigação		2	2	4	64	Elaboração e Defesa da Dissertação		3	10	13
Estágio			20	20	320					
Subtotal de Horas	1	6	33	40	640	Subtotal de Horas	1	6	33	40
Total Anual de Horas 1280										
Total de Horas Lectivas 4000										
LEGENDA						TOTAL DE HORAS		TOTAL DE HORAS (%)		
T	Horas Teóricas					1856		46%		
TP	Horas Teóricas-Práticas					896		22%		
P	Horas Práticas					1248		31%		
HS	Horas Semanais					4000		100%		
HSem	Horas Semestrais					4000		100%		

O Ministro, *António Miguel André*.

Decreto Executivo n.º 436/17
de 21 de Setembro

Considerando que o Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla é uma Instituição de Ensino Superior Pública, criada pelo Decreto n.º 95/80, de 30 de Agosto, está vocacionada a ministrar cursos de formação graduada e pós-graduada, nos termos do disposto no artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Tendo em conta que estão reunidos todos os pressupostos legais para que seja formalmente criado o Curso de Mestrado em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais, no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, conforme previsto no Decreto Executivo n.º 29/11, de 3 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e a alínea g) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Criação do curso)

É criado o Curso de Mestrado em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais, no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, que confere o grau académico de Mestre, com as seguintes especialidades:

- a) Gestão e Conservação dos Recursos Terrestres;
- b) Gestão e Conservação dos Recursos Marinhos.

ARTIGO 2.º
(Aprovação do Plano de Estudos)

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais, constantes dos Anexos ao presente Diploma e que dele são parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no ponto anterior é realizado num total de 4384 horas de actividades curriculares, durante um ciclo de formação.

3. O Plano de Estudos ora aprovado é inalterável e de cumprimento obrigatório, durante um ciclo de formação.

ARTIGO 3.º
(Corpo docente)

O Curso de Mestrado em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade e com grau académico de Doutor, de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 4.º
(Perfil de entrada)

1. Os candidatos ao Curso de Mestrado em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais devem apresentar como perfil de entrada o documento que ateste a conclusão da Licenciatura em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais ou em áreas equivalentes, com média igual ou superior a 14 valores.

2. Os candidatos que preencham o perfil referido no ponto anterior podem inscrever-se no Curso de Mestrado desde que aprovem no exame de acesso e apresentem um projecto de investigação alinhado com o respectivo plano de estudos, aprovado pelo presente Decreto Executivo.

ARTIGO 5.º
(Concessão do grau de Mestre)

A concessão do grau académico de Mestre em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais pressupõe a verificação e conclusão dos seguintes actos:

- a) A frequência e a aprovação nas unidades curriculares que integram as actividades académicas presenciais do Curso de Mestrado;
- b) A realização das actividades de investigação científica inerentes ao Curso de Mestrado;
- c) A elaboração e a apresentação de uma dissertação escrita, que deve ser objecto de defesa e a aprovação perante um júri constituído para o efeito.

ARTIGO 6.º
(Perfis de saída)

Após a conclusão do Curso de Mestrado em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais, o estudante adquire um perfil de saída em que reúne as seguintes competências:

- a) Docência no Ensino Superior nas Áreas de Engenharia do Ambiente, Biologia Marinha, Biologia, Agronomia, Zootecnia, Geografia e Ensino das Ciências Naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade e estabilidade do corpo docente neste Subsistema de Ensino e na região;
- b) Investigação em diferentes áreas de desenvolvimento económico do País, com ênfase para as Pescas e Recursos Marinhos, Ambiente e Diversidade Biológica, Agricultura e Pecuária;
- c) Promoção de acções educativas e informativas sobre biodiversidade, ambiente e conservação dos recursos naturais, como património natural e cultural do País;
- d) Produção de conhecimento sobre a situação dos recursos naturais e biodiversidade angolana, proporcionando informação cientificamente sustentada para a adopção de medidas adequadas para a sua gestão e conservação;
- e) Avaliações de impacto ambiental e análise de riscos ambientais e produção dos respectivos relatórios técnicos.

ARTIGO 7.º
(Campo de actuação)

O Mestre em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais deve, dentre outros, desenvolver a sua actividade profissional nos seguintes campos:

- a) Instituições de Ensino Superior;
- b) Instituições de Ensino Geral;
- c) Instituições de Investigação Científica;
- d) Organizações Não-Governamentais.

ARTIGO 8.º
(Vigência dos cursos)

O Curso de Mestrado em Ecologia e Gestão de Recursos Naturais ora criado entra em funcionamento no Ano Académico 2018 e a sua ministração tem um período de vigência correspondente a um ciclo de formação, nos termos da legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.